

## PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL IMPOSITIVA AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

À: Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes.

**ASSUNTO:** Proposta de Emenda Parlamentar Individual Impositiva ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 – Conforme Art. 142-A da Lei Orgânica Municipal.

**REFERÊNCIA LEGAL:** Emenda à Lei Orgânica Nº 20, de 30 de abril de 2025, que acrescenta o Art. 142-A à Lei Orgânica Municipal.

### ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES,

Eu, *Gilberto Oliveira da Silva (Índio Silva)*, Vereador(a) desta digna Casa Legislativa, filiado(a) ao Partido *Republicanos*, no uso de minhas atribuições regimentais e legais, e em estrita observância ao que dispõe o Art. 142-A da Lei Orgânica Municipal, introduzido pela Emenda à Lei Orgânica Nº 20, de 30 de abril de 2025, venho apresentar a seguinte Emenda Parlamentar Individual Impositiva ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício financeiro de 2026.

#### 1. DA JUSTIFICATIVA E ALINHAMENTO LEGAL:

A presente emenda tem como propósito fundamental direcionar recursos do orçamento municipal para ações e serviços que atendam às demandas mais prementes e urgentes da população de Embu das Artes. Minha proposta está em plena conformidade com os princípios de equidade, igualdade e impessoalidade, conforme expressamente previsto no § 3º do Art. 142-A da Emenda à Lei Orgânica 20/2025, que determina que a execução das programações de caráter obrigatório deve atender "de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria".

**Adicionalmente, a proposição se insere dentro dos limites percentuais estabelecidos para as emendas impositivas, que, de acordo com o Art. 142-A, serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto. É crucial observar a progressão desses limites ao longo dos anos, conforme o § 1º do Art. 142-A da Emenda à Lei Orgânica 20/2025 Embu das Artes SP:**

**\* Para o exercício financeiro de 2026, o limite é de 1,8% (um vírgula oito por cento).**

- Para o exercício financeiro de **2027**, o limite sobe para **1,9%** (um vírgula nove por cento).



- A partir do exercício financeiro de **2028** e nos anos seguintes, o limite atingirá os **2,0%** (dois por cento) integrais.

Vale ressaltar que, independentemente do percentual anual, "metade deste percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde", um compromisso essencial com a saúde da população. Este modelo visa assegurar que sua emenda contribua para a efetividade da gestão orçamentária e a melhoria contínua dos serviços públicos.

## **2. DA PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL IMPOSITIVA:**

### **PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (PLOA) DE 2026**

- **Identificação da Emenda:** Emenda Impositiva Nº
- **Autor(a):** Vereador(a) Gilberto Oliveira da Silva (Índio Silva)
- **Valor Proposto: R\$ 521.621,50** (Quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).
- **Dotação Orçamentária Sugerida:** A critério do administrador.
  - **Destinação da Emenda:** Custeio com contratos de gestão de saúde do município.
  - **Órgão/Entidade Beneficiada:** Secretaria da Saúde.
  - **Descrição Detalhada da Ação/Serviço Público:** A Emenda destina-se à manutenção e execução de serviços públicos de saúde, assegurando o cumprimento de metas de atendimento, qualidade assistencial e eficiência no uso dos recursos. A proposta visa garantir transparência e continuidade às ações pactuadas, em conformidade com as diretrizes do SUS e as necessidades locais da população.
- **Justificativa Específica da Ação:**

**CONSIDERANDO** que a descentralização das ações e serviços de saúde, prevista nos arts. 30, VII, e 198 da Constituição Federal, exige que os municípios assumam responsabilidades crescentes na gestão do SUS, demandando recursos financeiros estáveis e adequados para garantir a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços à população;

**CONSIDERANDO** que os contratos de gestão em saúde são instrumentos essenciais para otimizar a aplicação de recursos públicos, assegurando maior transparência, controle e eficácia na execução das



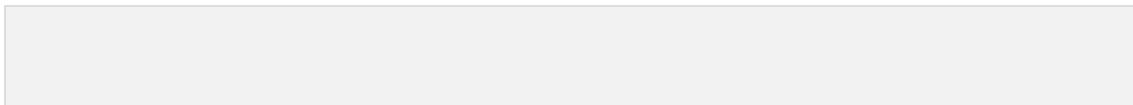
políticas de saúde, conforme estabelecido na Lei nº 8.080/1990 e nas normas do Ministério da Saúde;

**CONSIDERANDO** que a falta de previsão orçamentária específica para tais contratos pode comprometer a continuidade de programas estratégicos, gerando instabilidade no atendimento à população e onerando ainda mais o sistema público de saúde, o que justifica a criação de fonte de custeio dedicada e vinculada a essa finalidade.

Assim, propõe-se a emenda impositiva como medida necessária para fortalecer a autonomia municipal na gestão da saúde, em conformidade com os princípios constitucionais da eficiência administrativa e da dignidade da pessoa humana.

### **3. DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI ORGÂNICA (ART. 142-A):**

**É fundamental que o parlamentar demonstre total ciência e conformidade com todos os parágrafos do Art. 142-A, que regem a execução das emendas impositivas, conforme a *Emenda à Lei Orgânica 20/2025 Embu das Artes SP*:**



\* **Caráter Equitativo e Impessoal (§ 3º):** A presente proposição atende aos critérios de execução equitativa, conforme § 3º do Art. 142-A, buscando beneficiar a coletividade de forma igualitária e impessoal, sem qualquer tipo de favorecimento individual ou político-partidário. A escolha da ação e da localidade foi baseada em critérios técnicos e na demanda real da população.

- **Execução Obrigatória e Impedimentos (§ 2º, § 4º e § 5º):** A execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais impositivas aprovadas será obrigatória, segundo critérios equitativos. No entanto, estou ciente de que a execução não será obrigatória quando houver impedimentos legais e técnicos. No caso de impedimento de ordem técnica no empenho de despesa, serão adotadas as seguintes medidas, conforme o § 5º:
  - **I - Até 60 (sessenta) dias** após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, de forma detalhada, as justificativas de impedimento.
  - **II - Até 30 (trinta) dias** após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará, ao Poder Executivo, o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.



- **III - Até 30 (trinta) dias** após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei-Complementar sobre o remanejamento da programação, cujo impedimento seja insuperável. Este processo assegura a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos.
- **Organização da Sociedade Civil (OSC) – se aplicável (§ 6º):** Caso a emenda seja destinada a uma Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme § 6º do Art. 142-A, declaro ciência de que o pagamento dos recursos não poderá superar o primeiro semestre do ano de sua execução da Lei Orçamentária, salvo justificativas devidamente fundamentadas de ordem legal ou técnica que impeçam o cumprimento deste prazo. Este dispositivo busca agilizar a liberação de recursos para o terceiro setor.
- **Procedimento Licitatório (se aplicável) (§ 7º):** Caso a execução da emenda envolva procedimento licitatório, declaro ciência de que este deverá ser concluído até o final do primeiro semestre do ano de sua execução, salvo justificativa fundamentada de ordem técnica relacionada ao procedimento licitatório, conforme § 7º do Art. 142-A. Este prazo visa garantir a celeridade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

#### **4. DA SOLICITAÇÃO:**

Diante do exposto e em face da inquestionável relevância social e do impacto positivo que a presente proposição trará para a população de Embu das Artes, solicito a inclusão desta Emenda Parlamentar Individual Impositiva no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026.

Requeiro, outrossim, que sejam garantidas a sua regular tramitação e, posteriormente, a sua execução orçamentária e financeira, pelo poder executivo, conforme a obrigatoriedade estabelecida no § 2º do Art. 142-A da Lei Orgânica Municipal.

Coloco-me à disposição desta digna Casa Legislativa e do Poder Executivo para quaisquer esclarecimentos adicionais ou informações complementares que se façam necessárias para a plena efetivação desta importante iniciativa.

Atenciosamente,

**Gilberto Oliveira da Silva (Índio Silva)**

Vereador(a) **Republicanos**



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 330030003600310035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

